



Brito & Sukiennik

Ano I Edição nº 002 Brasília, julho de 2008

Prezados senhores(as),

Após a publicação da primeira edição desta Newsletter, a **Dra. Rafaela Silva Brito** e o **Dr. Bernardo Pablo Sukiennik** receberam centenas de e-mails como o transcrito a seguir, enviado pelo **Dr. Sebastião Tavares Pereira**, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnológica - CTI-OAB/SC:

Parabéns pela iniciativa inovadora.

O aprofundamento das relações entre os países do Mercosul requer, cada vez mais, que as pessoas envolvidas em tais relações busquem o apoio de profissionais qualificados.

Por outro lado, o profissionalismo, no caso, transcende o conhecimento e o domínio da lei, para espriar-se à estrutura logística sobre a qual atuam tais profissionais.

Parece-me que os colegas, atentos aos dois âmbitos, aprimoraram-se do ponto de vista do domínio da lei e estabeleceram as parcerias capazes de impulsionar um atendimento, puro e simples, para um atendimento efetivamente qualificado.

Congratulações, portanto, mais uma vez. E sucesso.

Sebastião Tavares Pereira

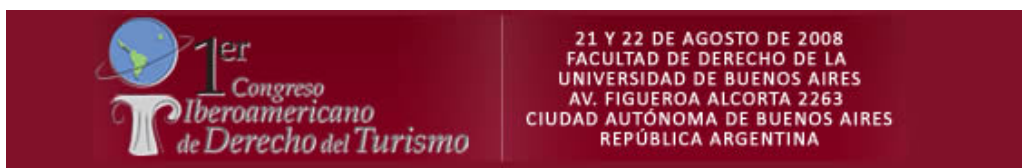
Presidente da Comissão de Ciência e Tecnológica - CTI-OAB/SC

A **Dra. Brito** e o **Dr. Sukiennik** agradecem a todos pela excelente acolhida e desejam que esta segunda edição seja de Vosso agrado.

Cordialmente,

Dra. Rafaela Silva Brito
OAB/DF 27.475

Dr. Bernardo Pablo Sukiennik
OAB/DF 23.342



América do Sul - Política

Comércio Exterior

Meio Ambiente

Decisões de Tribunais

- Primeiro Semestre de 2008 é marcado por maior inserção internacional do

- Pagamentos no exterior já podem ser feitos em real

- Equilibrar emissões de CO2 é principal desafio do turismo

- Súmulas vinculantes e processos com repercussão geral

<p>PARLASUL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resumo da XXXV cúpula do Mercosul • Mercosul integrado • Nem tudo é problema no continente 	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro Congresso Ibero-americano de Direito do Turismo 	<p>sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alvo de disputa, limite do bioma Amazônia é revisto • Estrangeiros compram "seis Mônacos" de terra no país por dia, mostra pesquisa 	<p>são destaques nos julgamentos do STF no 1º semestre</p> <p>Brasil em Foco</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei seca é uma das mais rígidas do mundo
--	--	---	--

Primeiro Semestre de 2008 é marcado por maior inserção internacional do PARLASUL

Durante o primeiro semestre de 2008 o Parlamento do MERCOSUL foi presidido pelo parlamentar argentino José Pampuro. Durante esse período se iniciou uma etapa de inserção em âmbito internacional, centrada no vínculo com outras instâncias parlamentares de integração regional.

No final de abril e começo de maio deste ano o PARLASUL formalizou seu ingresso e participação na Assembléia Euro-Latinoamericana com a participação de Parlamentares do MERCOSUL na II Sessão Plenária da EuroLat realizada em Lima, Peru.

O Parlamentar José Pampuro, participou como Presidente do PARLASUL na qualidade de convidado especial da V Cumbre de Chefes de Estado e Governo da América Latina, Caribe e União Européia. Na ocasião, Pampuro manteve uma reunião com o Presidente do Parlamento Europeu, Dr. Hans-Hert Pottering, iniciando a vinculação entre ambos os organismos.

No primeiro semestre do ano também se avançou em relação à abertura e posicionamento do PARLASUL internacionalmente com encontros de Euro-Deputados e funcionários da Comissão Européia, mantida por uma delegação de Parlamentares do MERCOSUL. No encontro fizeram acordos sobre as referências para a realização de um Convênio Marco de Cooperação entre o Parlamento Europeu e o Parlamento do MERCOSUL.

O começo deste ano de 2008 também foi marcado pela impulsão de ações necessárias para formalizar o ingresso da Venezuela no bloco e a continuidade e consolidação institucional do Parlamento que realizou sua X Sessão Plenária.

Fonte: PARLAMENTO DO MERCOSUL. Primeiro Semestre de 2008 é marcado por maior inserção internacional do PARLASUL.

Site oficial do Parlamento do Mercosul. Montevideu, jul. 2008.

Disponível em: http://www.parlamentodelmercosur.org/index1_portugues.asp

Resumo da XXXV cúpula do Mercosul de Bernardo Pablo Sukiennik

Nos dias 30 de junho e 1º de julho de 2008, realizou-se, na cidade de San Miguel del Tucumán, a XXXV cúpula semestral de Chefes de Estado do Mercosul e países associados. A reunião discutiu uma agenda ampla que incluiu temas como o processo de integração, uma eventual crise de alimentos na região e uma nova lei da União Européia que pode levar à expulsão de milhares de imigrantes ilegais latino-americanos. A seguir, far-se-á uma pequena descrição dos principais fatos que marcaram a cúpula:

1) O Mercosul e o Chile assinaram Protocolo sobre o Comércio de Serviços, o qual permite que provedores de serviços, como consultores, engenheiros, arquitetos, especialistas em informática e até produtores culturais possam trabalhar livremente e recebam o mesmo tratamento dispensado aos empresários locais.

Foram excluídos do acordo os serviços financeiros e serviços para o setor público (compras governamentais), mas há previsão de que esses dois mercados serão abertos, no futuro, em prazo e

condições ainda a serem negociados.

Esse Protocolo aprofunda as relações econômicas e comerciais do bloco com o Chile ao incorporar ao Acordo de Complementação Econômica existente (ACE 35) o comércio de serviços, que até agora cobria somente o comércio de bens.

2) Foi aprovado o “Programa de Integração Produtiva do Mercosul”, destinado a promover o desenvolvimento de iniciativas que permitam uma maior integração das economias dos Estados Parte.

O subsecretário argentino de Integração Econômica Americana e Mercosul, embaixador Eduardo Sigal, disse que “[...] a idéia é fomentar a integração produtiva ‘vertical’, que potencialize as cadeias de valor entre as grandes empresas de determinados setores, com suas subsidiárias ou fornecedoras menores. Também se promoverá uma integração ‘horizontal’ entre empresas de mesmo porte e de países diferentes, que se associem para potencializar seu desenvolvimento no mercado regional e internacional. Não queremos sociedades para o mercado interno, mas para o mercado global”, ressaltou. O pacote de medidas inclui também um programa de ciência, tecnologia e inovação produtiva para o período 2008-2012, que permite incorporar valor agregado aos bens e serviços das empresas dos Estados integrantes do Mercosul.

3) Nesse mesmo sentido, foi lançada a idéia de um “Fundo Mercosul para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) envolvidas em iniciativas de integração produtiva” e a materialização de um sistema de garantias que facilite o acesso ao crédito das PMEs da região, a fim de melhorar sua inserção na economia internacional.

4) Concluíram-se as negociações para a assinatura de um Acordo de Preferências Tarifárias entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês).

5) O Mercosul assinou acordos-quadros com a Turquia e a Jordânia com o objetivo de negociar áreas de livre-comércio. Também se realizou a Primeria Rodada de Negociações com o Reino de Marrocos, com a finalidade de atingir Acordo Comercial que contemple a abertura de suas economias.

6) O Mercosul cobrou dos países ricos as concessões necessárias para que a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) seja concluída de forma equilibrada e ambiciosa, sob o argumento de que o mundo em desenvolvimento já está dando uma "importante contribuição" a essas negociações.

7) Os líderes do Mercosul expressaram sua preocupação com a atual crise mundial dos alimentos. Todos concordaram em apontar os subsídios à produção e à exportação agrícola e as abusivas taxas às mercadorias importadas dos países emergentes como as principais causas da crise.

8) Os presidentes dos países do Mercosul e Estados associados repudiaram a Diretiva de Retorno, aprovada em 18 de junho pelo Parlamento Europeu, que estabelece regras duras para o tratamento dado aos imigrantes sem documentos na União Européia.

Apesar desses avanços, o fim da bitributação nas importações entre os países do Mercosul, medida que deveria ter ficado pronta para esta cúpula, foi adiada para a reunião seguinte. Em discurso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quem assumiu a presidência rotativa do Mercosul pelos próximos seis meses, assumiu o compromisso de acelerar o calendário para a elaboração de um Código Aduaneiro Comum.

“Vamos afastar obstáculos continuada expansão de nossas trocas comerciais, e queremos superar entraves tributários a um maior intercâmbio na área de serviços”, afirmou Lula.

Mercosul integrado

Os países que integram o Mercosul vão poder contar, a partir do próximo ano, com informações atualizadas sobre o mercado agrícola, riscos de pragas e políticas que serão disponibilizadas nos sites oficiais dos órgãos participantes, como a Conab e o Ministério da Agricultura. O projeto é mantido pelo Conselho Agropecuário do Mercosul (CAS) e a Rede de Coordenação de Políticas Agrícolas (Redpa) e tem financiamento do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 800 mil. Os países-

membros dão a contrapartida com a produção de informações e sugestões ao projeto.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Mercosul integrado. **Página oficial do Ministério das Relações Exteriores.** São Paulo, jul. 2008. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle.asp?ID_RESENHA=473695

Nem tudo é problema no continente

Cercado de ceticismo, o Mercosul é vítima fácil dos "cascudos" que recebe dos céticos. Um dos maiores críticos, aliás, é um sócio, o Uruguai, cujo presidente, Tabaré Vasquez, reclamou, na última reunião de cúpula do bloco, das barreiras freqüentes no comércio entre os parceiros. Acusou, "com todo o respeito", a Argentina de prejudicar o Mercosul com suas "retenções" às exportações e conseqüentes protestos dos produtores com bloqueios de estradas.

Se não fosse pelas ausências de Equador, Colômbia e Peru, por motivos de política interna, a cúpula do Mercosul teria reunido, na Argentina, o Brasil e todos os países de língua espanhola da América do Sul. Formado por quatro países do Cone Sul, com a Venezuela como candidato em processo de adesão e os demais países como membros associados, o Mercosul poderia discutir as crises internas e conflitos com a vizinhança que marcam o continente. Não houve essa discussão, e, se houvesse, dificilmente se chegaria a algum resultado, em apenas dois dias.

O governo de Rafael Correa, no Equador, cortou relações com a Colômbia desde que o governo Uribe invadiu território equatoriano para combater a guerrilha das Farc. Uruguai e Argentina ainda não resolveram o conflito que levaram à corte de Haia, pela construção de fábricas de papel às margens uruguaias do rio de fronteira. O presidente da Bolívia, Evo Morales, ofendeu publicamente o do Peru, Alan Garcia, que o mandou calar-se, no estilo rei de Espanha. E o Paraguai se diz prejudicado pelo Brasil na venda de energia de Itaipu, uma ameaça de atrito diplomático.

Sem olhar além da própria fronteira, Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela têm sérias crises internas para tomarem conta. Mas os otimistas poderiam citar sinais positivos, também à margem da reunião do Mercosul, capazes de trazer novidades de forte significado político ao cenário sul-americano. Sem anúncios de impacto, os países reunidos no Mercosul ou associados ao bloco têm registrado avanços políticos e aproximações no campo econômico que, apesar dos conflitos externos e de vizinhança, vão permitir em breve maior avanço na integração regional.

A mesma Bolívia de Evo Morales, belicosa em relação ao Peru e aos Estados Unidos, faz uma inédita negociação com o governo de Michele Bachelet, no Chile, que poderá trazer aos bolivianos o acesso ao mar, perdido desde a Guerra do Pacífico, em 1879, e que impede, até hoje, negócios entre os chilenos, grandes investidores e consumidores de energia, e os bolivianos, pobres mas com imensas reservas de gás. Tabaré Vasquez, único ausente na reunião da União das Nações da América do Sul (Unasul), em Brasília, realizada dias antes, fez questão de ir à Argentina numa tentativa de distensão nas relações com Cristina Kirchner. Esforçou-se para manter tom amistoso.

Mercosul avança, mesmo sem anúncios de impacto

Bem mais moderado que habitualmente, Vasquez, ao falar das "assimetrias" na região, deu até sugestões modestas. "Permitir que o Uruguai faça um pequeno retrovisor, ou o couro que cobre o volante dos automóveis seria para nós um fato de grande transcendência", discursou. O lançamento dos programas de integração produtiva, elaborados com forte participação da indústria, promete fazer bem mais que atender a essa tímida expectativa.

Argentina e Uruguai, cada um, assinaram recentemente acordos automotivos com o Brasil, que dão maior estabilidade às regras do setor automotivo. O setor ainda é regido por normas de exceção, apesar de responsável por mais de um quarto do comércio no bloco. Os acordos criaram novo estímulo para investimentos no parque industrial uruguaio e o comércio entre Argentina e Brasil já se faz, na prática, sem pagamento de tarifas, como deve ser uma relação entre sócios de uma união aduaneira - embora existam limites ao comércio para conter eventuais desequilíbrios nas trocas comerciais do setor.

A Venezuela, representada nas reuniões regionais com o estilo grandiloqüente e agressivo de seu presidente, Hugo Chávez, começa a trazer elementos diferentes à relação regional. Chávez continua com suas diatribes contra o "império estadunidense", mas tem moderado a retórica de confronto, e atuado mais estreitamente com o governo brasileiro. Provocado sobre a demora na aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul pelos Congressos do Brasil e Paraguai, disse, conciliador, sentir-se sócio "de fato". E negocia acordos para apoio técnico do governo e indústria brasileiros no projeto de construção de 200 estatais planejadas para reforçar o setor produtivo venezuelano.

O projeto das estatais produtivas na Venezuela com apoio do Brasil ganhou traços mais precisos durante a visita de Lula ao país, pouco antes da cúpula do Mercosul, e foi comemorado por Chávez durante a reunião dos presidentes como um exemplo da "integração estrutural" que defende para o continente. Na prática, 11 projetos de fábricas, para produção de alimentos e embalagens a componentes eletrônicos, incluem compra de apoio técnico e maquinário da indústria de bens de capital do Brasil. Instituições oficiais brasileiras, como a ABDI e Embrapa, fornecerão assessoria - produção de leite e soja e instalação de fábricas receberão consultoria de especialistas do país.

Os dois países firmaram acordo de fornecimento de energia, e a Venezuela apoiará a extensão de rede de fibra ótica para o Norte brasileiro, melhorando a conexão informática da região. Diplomatas brasileiros comemoram o fato como uma "mudança de paradigma", em que dois países no continente irão além da mera troca de mercadorias e estimularão a complementação de serviços, criando espaço para troca de tecnologia. É temerário o apoiar-se em estatais para bancar a recuperação industrial venezuelana, mas os preços do petróleo dão cacife a Chávez para até fracassar em parte de seu projeto.

Não faltam exemplos de problemas no Mercosul e na América do Sul, mas também sobram indícios de superação de dificuldades. Um olhar pessimista sobre a região não permite enxergar os detalhes que podem fazer diferença, no futuro próximo.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Nem tudo é problema no continente. **Página oficial do Ministério do Planejamento**. Brasília, jul. 2008.

Disponível em: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=441317>

Pagamentos no exterior já podem ser feitos em real

No mesmo dia em que as reservas internacionais atingiram os US\$ 200 bilhões, o Brasil deu mais um passo na tentativa de internacionalizar o real. Ontem, o governo abriu o caminho para que pagamentos feitos no exterior para empresas e famílias brasileiras possam ser feitos em reais, sem a necessidade de câmbio para dólares ou euros. A idéia é aumentar a aceitação do real no mundo.

A Medida Provisória 435, publicada ontem no Diário Oficial, permite ordens de pagamento no exterior em reais. Segundo o Banco Central (BC), a medida vai reduzir custos e formalidades.

Atualmente, um importador de produtos brasileiros na China, por exemplo, ao pagar pelas mercadorias tem de converter os yuans para dólar ou euro antes de remetê-los ao Brasil. Aqui, esses dólares ou euros são novamente convertidos, desta vez para real.

Com o novo sistema, o comprador chinês poderá converter o yuan diretamente em reais em um banco na China e, assim, remetê-los ao Brasil, sem necessidade de outras operações de câmbio.

Para que o banco estrangeiro possa fazer essa operação, terá de adquirir reais no Brasil em montante suficiente para atender aos compromissos assumidos. Por isso, segundo o BC, o impacto da medida na cotação do dólar no Brasil será neutro, já que o banco vai adquirir os reais e, depois, o exportador anula essa posição ao receber o dinheiro.

Em nota, a diretora de Assuntos Internacionais do BC, Maria Celina Arraes, informou que a intenção final é tornar a moeda brasileira referência como meio de pagamento, assim como outras moedas de larga aceitação. Outro passo nessa direção foi dado no mês passado, quando o Conselho Monetário Nacional

(CMN) autorizou bancos estrangeiros a "importar" reais para fazer o câmbio da moeda brasileira no exterior.

Fonte: JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Pagamentos no exterior já podem ser feitos em real. **Estadao.com.br**. São Paulo, jun. 2008.

Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080628/not_imp197182,0.php

Primeiro Congresso Ibero-americano de Direito do Turismo

A Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (UBA), em parceria com IFTTA Argentina (International Forum of Travel and Tourism Advocates), estão organizando o **Primeiro Congresso Ibero-americano de Direito do Turismo**, com apoio da Secretaria de Turismo da Nação Argentina, que o declarou de "Interesse Turístico Nacional".

O evento acontecerá nos dias 21 e 22 de agosto de 2008, na sede da Faculdade de Direito e contará com a presença de renomados acadêmicos da Espanha, de Portugal, do México, do Peru, da Nicarágua, do Uruguai, do Brasil, da União Européia, do Chile e da Argentina.

Direcionado, especialmente, a advogados, funcionários públicos, professores de Direito e de Turismo, assim como a empresários do setor e a todos aqueles interessados na temática abordada.

Sem dúvida, trata-se do evento mais importante sobre essa matéria. A Argentina dá, assim, mais um passo no caminho da qualidade e da profissionalização da atividade turística, no entendimento de que a regulamentação legal e os aspectos jurídicos do turismo também merecem, por sua importância, uma especialização por parte dos que exercem o Direito.

O Congresso almeja constituir-se em um evento de importante transcendência internacional, já que, pela primeira vez, leva-se adiante um Congresso de Turismo de rigor acadêmico e eminentemente prático, pois abordar-se-ão as questões legais que a regulam por parte da realidade dos atores da atividade turística.

O Primeiro Congresso Ibero-americano de Direito do Turismo está destinado a converter-se em um marco, a partir do qual a análise legal e o suporte de soluções jurídicas em relação ao turismo em todos seus aspectos, encontrarão seu máximo prestígio.

A inscrição é realizada pelo sítio: www.derechodelturismo.net/congreso

Equilibrar emissões de CO2 é principal desafio do turismo sustentável

Percorrer a floresta tropical da Costa Rica, passar uma temporada em cabanas na savana senegalesa, compartilhar a vida dos monges de um templo budista na China. Grandes agências de viagens da indústria turística mundial já começaram a explorar o turismo sustentável, modalidade que cresce e multiplica as campanhas de marketing "verde".

Porém, nem só de brisas vive o setor. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), a indústria precisa limitar os efeitos provocados pelas grandes viagens para que as alterações climáticas não afetem os destinos.

"O turismo é ao mesmo tempo vítima e responsável pelo aquecimento global. Sua contribuição às emissões de gases que provocam o efeito estufa é de quase 5%', afirma o presidente da OMT, Francesco Frangilli.

Segundo a OMT, em 1950, existiam apenas 25 milhões de turistas internacionais. Para 2020, a estimativa é de 1,6 bilhão. Todo este crescimento pode resultar, nos próximos 30 anos, em um aumento de 150% das emissões dos gases que provocam o efeito estufa.

Em tempos de expansão das empresas de baixo custo, quase metade dos 898 milhões de turistas que percorreram o planeta em 2007 viajaram de avião. As emissões aéreas correspondem por 40% do total das emissões de CO2 provocadas pelo turismo.

Para evitar uma presença excessiva nas áreas turísticas, alguns países optam por fixar cotas de visitantes, como fez o Peru no caminho dos incas que leva a Machu Picchu.

Para especialistas, o turismo sustentável não significa reduzir as viagens, o que seria um grande retrocesso, mas sim viajar de outra maneira, com um ritmo diferente.

Apesar de movimentar as economias dos países de destino, algumas ONGs estimam que apenas um terço dos recursos permaneçam nos países visitados.

Fonte: FRANCE PRESSE. Equilibrar emissões de CO2 é principal desafio do turismo sustentável. **Folhaonline**. São Paulo, jul. 2008.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u418934.shtml>

Alvo de disputa, limite do bioma Amazônia é revisto

Alvo de disputa entre representantes do agronegócio e ambientalistas, o limite da floresta amazônica passará por revisão nos próximos meses. Técnicos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) farão novos mapas dos biomas brasileiros numa escala 20 vezes mais precisa. O novo limite da floresta deverá ser anunciado no primeiro semestre de 2009, segundo previsão do Ministério do Meio Ambiente.

Pelos mapas atuais, o bioma Amazônia mede 4,2 milhões de quilômetros quadrados --ou 46% do território brasileiro. Dentro desse território, a legislação cobra dos proprietários de terras a manutenção de 80% da vegetação de floresta, bem acima dos 35% de reserva legal exigidos para as áreas de cerrado nos limites do bioma Amazônia. Poucos cumprem a regra.

Desde 1º de julho, o Banco Central cortou o crédito aos produtores rurais do bioma Amazônia que não comprovem a regularidade ambiental de suas propriedades ou que não tenham nem sequer dado início ao processo de cadastramento das terras. A resolução do BC é um das principais peças da política de combate ao desmatamento. Os mapas também são importantes no processo de regularização fundiária.

Divididos

Na fronteira dos biomas Amazônia e cerrado, 93 municípios têm parte das propriedades em cada um dos biomas. Nesses municípios --a maioria no Mato Grosso--, a expectativa pela revisão do limite da floresta é maior.

Roberto Vizentin, diretor de zoneamento territorial do Meio Ambiente, considera precipitado estimar se a floresta vai crescer ou diminuir na revisão dos mapas do IBGE.

"É provável que haja áreas consideradas como cerrado que são floresta e vice-versa, podemos estar diante de uma equação de soma zero", disse.

Um detalhe importante da revisão dos mapas é que os técnicos do IBGE levarão em conta a vegetação nativa, independentemente de áreas de floresta terem sido desmatadas e serem ocupadas hoje por pastagens ou plantações de soja, por exemplo. Os novos mapas são feitos com base na vegetação original, não pela vegetação remanescente.

A base para o trabalho do IBGE são mapas feitos na década de 70, quando começava o processo de ocupação da Amazônia, com o lema "integrar para não entregar" e estímulo oficial ao desmatamento. Também é previsto trabalho de campo para apurar a vegetação dominante nas áreas de transição entre floresta e cerrado.

Inicialmente, o IBGE previa consumir um ano e meio para apresentar os novos mapas do bioma Amazônia, mas o Ministério do Meio Ambiente quer pressa no detalhamento da fronteira. A revisão dos mapas e respectivos limites dos demais biomas (cerrado, caatinga, mata atlântica, pampa e pantanal) só deverá ser concluída em 2012, prevê o instituto. Os mapas usados atualmente foram editados em 2004.

Fonte: SALOMON, Marta. Alvo de disputa, limite do bioma Amazônia é revisto. **Folhaonline**. São Paulo, jul. 2008.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u420204.shtml>

Estrangeiros compram "seis Mônacos" de terra no país por dia, mostra pesquisa

Fazendeiros e investidores estrangeiros têm comprado 12 km² de terras por dia no Brasil, o equivalente a

seis vezes a área de Mônaco ou sete parques Ibirapuera.

O ritmo da "estrangeirização" de terras foi medido a partir de dados do Cadastro Rural de novembro de 2007 a maio deste ano. Nesse período, estrangeiros adquiriram pelo menos 1.523 imóveis rurais no país, em uma área que soma 2.269,2 km².

O levantamento não leva em conta a compra de empresas nacionais de capital estrangeiro e os que se utilizam de "laranjas" brasileiros para passar despercebidos pelos cartórios.

De acordo com o levantamento, a compra de terras é puxada pela soja e pela pecuária, pelos incentivos oficiais à produção de etanol e biodiesel e pelo avanço do preço da terra.

À **Folha**, Eugênio Peron, apontado pelos produtores sul-mato-grossenses como o principal corretor de imóveis rurais do Estado, afirma que nos últimos meses têm "aumentado muito" a procura de terras por estrangeiros.

Segundo ele, que trabalha na área há 16 anos, a maioria dos interessados são representantes de fundos de investimento em busca de negócios com soja, álcool, gado e biodiesel.

Cerco a estrangeiros

A investida ocorre no momento em que o governo busca mecanismos legais para frear a entrada de estrangeiros em terras do país. Hoje a aquisição de terras é permitida a pessoas físicas de outra nacionalidade residentes no país e a pessoas jurídicas estrangeiras autorizadas a atuar no Brasil.

Levantamento inédito do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) revela que estrangeiros detêm 5,5 milhões de hectares em todo o Brasil. Com 1.377 propriedades espalhadas numa área de 754,7 mil hectares, Mato Grosso é o Estado que tem a maior área de terras em nome de empresas e pessoas de outros países.

São Paulo é o campeão em número de propriedades em nome de pessoas de outras nacionalidades. São 11.424 terrenos, que, somados, representam 504,7 mil hectares do território paulista.

O governo federal anunciou que vai fechar o cerco à "invasão estrangeira", com objetivo de dificultar a compra de terras por empresas brasileiras controladas por capital externo. Um parecer da AGU (Advocacia Geral da União) vai fixar limites para essa aquisição.

A decisão surgiu depois que um estudo mostrou que estrangeiros detêm 5,5 milhões de hectares no país -- 55% na Amazônia.

No mês passado, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) no Amazonas multou em R\$ 450 milhões a madeireira Gethal, pertencente ao empresário sueco-britânico Johan Eliasch, por comércio e transporte de madeira sem seguir a legislação ambiental brasileira.

O Incra estuda pedir o cancelamento de registros de terras na Amazônia supostamente adquiridas pelo empresário sueco.

Fonte: FOLHA ONLINE. Estrangeiros compram "seis Mônacos" de terra no país por dia, mostra pesquisa. **Folhaonline**. São Paulo, jul. 2008.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u419764.shtml>

Súmulas vinculantes e processos com repercussão geral são destaques nos julgamentos do STF no 1º semestre

O Supremo Tribunal Federal (STF) fecha o primeiro semestre de 2008 com dez súmulas vinculantes aprovadas. A maioria delas – sete ao todo – foi editada nos primeiros seis meses deste ano, durante a gestão do presidente Gilmar Mendes. As três primeiras súmulas vinculantes da Corte foram aprovadas em maio do ano passado, em uma mesma sessão plenária.

Os textos das súmulas tratam dos assuntos mais diversos, entre bingos e loterias, prescrição e decadência de crédito tributário, remuneração de jovens que prestam serviço militar obrigatório, validade de acordo para recebimento de recursos do FGTS, etc. Em comum, elas têm o poder de vincular os tribunais e a administração pública em todo o país, que ficam obrigados a seguir o entendimento do STF sobre o assunto sumulado.

Na esteira da aprovação das súmulas vinculantes, estão os julgamentos dos recursos extraordinários com repercussão geral reconhecida, por tratarem de temas de grande relevância jurídica, econômica, social ou política.

Foi no início deste ano, mais exatamente no dia 30 de abril, que esses processos começaram a ser levados ao Plenário do STF. A partir daí, eles ganharam o destaque que merecem desde que a ferramenta da repercussão geral foi criada, em 2005, pela Emenda Constitucional nº 45. Neste primeiro semestre, foram julgados seis temas. Cinco foram sumulados.

O caráter racionalizador das súmulas vinculantes tem sido ressaltado pelo presidente do STF ao falar sobre o tema, já que, por meio delas, é possível solucionar milhares de processos em curso nos tribunais em todo o país. Disso resulta a preocupação do STF de unir julgamentos com repercussão geral com a edição das súmulas.

Até o momento, há 91 temas com repercussão geral reconhecida pelo STF. Vários já estão prontos para irem a Plenário, e todos podem ser conhecidos no site da Corte, no link "Repercussão Geral". Hoje, a repercussão geral é reconhecida pelos ministros por meio de votação realizada no chamado "Plenário Virtual", que funciona por meio eletrônico.

Ciência, imprensa e MPs

A atuação do STF nos primeiros seis meses do ano foi muito além do julgamento dos processos com repercussão geral e da aprovação das súmulas vinculantes. A Corte também se pronunciou sobre temas de grande relevância mundial e nacional.

O destaque fica com a liberação das pesquisas com células-tronco embrionárias, contestadas por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo ex-procurador-geral da República Claudio Fonteles. Quando a questão foi julgada em definitivo, nos dias 28 e 29 de maio, os olhos do mundo se voltaram para o Brasil.

Fonteles alegou que essa linha de pesquisa científica seria uma violação ao direito à vida dos embriões liberados para os estudos na Lei de Biossegurança. A tese foi rechaçada pela Corte. Dos 11 ministros do STF, seis afirmaram que a lei não merece reparo. Outros cinco sugeriram que a Corte fizesse adendos à norma. Três queriam que as pesquisas só fossem liberadas se os embriões não fossem destruídos. Prevaleceu a opinião da maioria, e hoje as pesquisas estão liberadas no país.

Dias antes, em 14 de maio, o STF julgou outro tema recorrente nas manchetes da imprensa: a edição de medidas provisórias (MPs) pelo presidente da República. A Corte deu uma guinada de jurisprudência e, pela primeira vez, disse que cabe ao STF avaliar os requisitos constitucionais de urgência e relevância para a edição de MPs.

A questão foi discutida por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo PSDB contra a abertura de créditos extraordinários por meio de medida provisória. Com uma liminar, o STF barrou o repasse dos créditos por entender que eles não se destinavam a despesas imprevisíveis e urgentes, como manda a Constituição Federal. Até essa decisão, o STF deixava a interpretação do que é urgente e relevante a critério do Executivo e do Congresso.

Outra decisão de destaque do STF foi a liminar que, em fevereiro, suspendeu 20 dos 77 artigos da Lei de Imprensa, editada em 1967, em pleno regime militar. A norma foi contestada pelo PDT, fato que permitiu à Corte se posicionar sobre o tema. A previsão é de que o julgamento definitivo da lei ocorra somente em

agosto, mas isso não impediu que ministros afirmassem que a norma é uma forma de garrotar a imprensa.

Raposa Serra do Sol

A controvérsia da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, mobiliza o país e será decidida no STF. No primeiro semestre, o Tribunal já fez determinações importantes sobre o tema. A principal foi impedir a demarcação definitiva da reserva, com a não retirada dos não-índios do local, até que os ministros analisem a legalidade dela, o que está previsto para ocorrer em agosto.

A relevância da questão levou o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, o relator da matéria, ministro Carlos Ayres Britto, e a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha ao estado de Roraima. Ao explicar para a imprensa as razões da viagem, realizada no dia 22 de maio, o presidente do STF destacou que o objetivo foi "conhecer uma realidade de todo peculiar", já que a reserva engloba área de fronteira e diferentes etnias, algumas da Venezuela e da Guiana.

O meio ambiente também foi destaque nos julgamentos realizados pelo STF no primeiro semestre do ano. Três questões ganharam destaque: a importação de pneus usados do Mercosul, o custo da compensação para o impacto gerado pela concessão de licença ambientais e a utilização de amianto, produto apontado como tóxico em vários estudos científicos.

A importação dos pneus usados foi debatida na segunda audiência pública realizada pelo STF. A primeira foi sobre as pesquisas com células-tronco embrionárias, convocada pelo relator do tema na Corte, ministro Ayres Britto. No caso dos pneus, a convocação foi feita pela ministra Cármen Lúcia, relatora da ação ajuizada pelo governo com o intuito de proibir a importação de carcaças de pneus, usadas por empresas nacionais como matéria-prima mais barata para a fabricação de pneus reformados. O evento ocorreu no dia 27 de junho e contou com argumentos de especialistas pró e contra a importação.

A questão da compensação ambiental, cujo pagamento é pré-requisito para a concessão da licença provisória de instalação de qualquer empreendimento, foi julgada em abril, mas ainda será equacionada pela Corte. O STF afastou o percentual de 0,5% cobrado do valor total do empreendimento, definido em lei. Pela decisão, o valor pago pelas empresas a título de compensação pelo impacto ambiental deve ser proporcional ao dano causado.

A decisão motivou uma visita do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, ao STF, para apresentar sugestões para que as regras da compensação ambiental sejam adequadas à decisão do Plenário. Sobre a utilização do amianto, produto considerado tóxico e proibido mundo afora, inclusive pela União Européia, o STF deu outra guinada de jurisprudência ao julgar constitucional, em pedido de liminar, uma lei de São Paulo que proibiu a utilização do produto no estado.

Foi a primeira vez que o Tribunal, por maioria de votos, considerou que o princípio constitucional da proteção da saúde deveria se sobrepôr ao entendimento de que normas estaduais não podem dispor sobre a comercialização de produtos fabricados com amianto, questão de competência da União.

Direito Penal

Os temas criminais também tiveram espaço privilegiado na pauta de julgamento das sessões plenárias do STF no início do ano. O esquema do mensalão voltou a ser debatido pela primeira vez, após o recebimento da denúncia que tornou réus os 40 acusados, em agosto do ano passado. Após recusar os recursos de dez réus, o STF iniciou uma nova etapa no processo, que passou para a fase do depoimento das testemunhas de acusação.

A constitucionalidade da especialização das varas do Poder Judiciário também foi firmada pelo STF no primeiro semestre de 2008. Com a decisão, foi definitivamente afastada a possibilidade de que julgamentos realizados por varas especializadas em crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro, por exemplo, fossem anulados ou retrocedessem para antes do recebimento da denúncia.

De portas abertas

Fazer uma administração "absolutamente transparente e aberta" foi o compromisso firmado pelo presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, com a sociedade diante da imprensa de todo o país. Mendes faz a afirmação no dia 24 de abril, um dia depois de sua posse na Corte.

No mês seguinte, o STF inaugurou um novo canal de comunicação com a população ao lançar a Central do Cidadão. Estruturada na Presidência do STF, a Central do Cidadão permite que qualquer pessoa encaminhe sugestões, críticas, dúvidas ou elogios relacionados às ações do Tribunal.

A participação do presidente em palestras e encontros também tem sido intensa. Além dos eventos nacionais, o ministro Gilmar Mendes já participou de dois relevantes encontros internacionais de Justiça: o 14º Congresso da Conferência de Cortes Constitucionais Europeias, na Lituânia, e a Conferência Ibero-Americana de Justiça Constitucional, em Buenos Aires, Argentina.

Administrativamente, o STF faz o dever de casa e se prepara, nesta semana, para aplicar o princípio constitucional da impessoalidade na administração pública com a realização de concurso público para cargos de nível médio e superior. As provas serão realizadas no dia 6 de julho, um domingo. Há 94.442 inscritos.

Fonte: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Súmulas vinculantes e processos com repercussão geral são destaques nos julgamentos do STF no 1º semestre. **Infojus**. Brasília, jun. 2008.

Disponível em: <http://www.infojus.gov.br/portal/noticiaver.asp?lgNoticia=31153>

Lei seca é uma das mais rígidas do mundo

Numa lista de 82 países pesquisados pela International Center For Alcohol Policies, instituição com sede em Washington (EUA), a nova lei seca brasileira com limite de 2 decigramas de álcool por litro de sangue é mais rígida que 63 nações, iguala-se em rigidez a cinco e é mais tolerante que outras 13, onde o limite legal varia de zero a 1 decigrama.

Com a nova lei, em vigor desde sexta passada, o limite legal agora é equivalente a um chope. Além de multa de R\$ 955, a lei prevê a perda do direito de dirigir e a retenção do veículo.

A partir de 6 decigramas por litro (dois chopos), a punição será acrescida de prisão. A pena de seis meses a três anos e é afiançável (de R\$ 300 a R\$ 1.200, em média, mas depende do entendimento do delegado).

Em países vizinhos ao Brasil, como Argentina, Venezuela e Uruguai, o limite legal de concentração de álcool no sangue varia de 5 decigramas por litro a 8 dg/l. Na Europa, países como Alemanha, França, Espanha e Itália têm limites de 5 dg por litro, acima do brasileiro.

Nos EUA, onde a lei varia a cada Estado, o limite fica entre 1 a 8 dg/l. Igualam-se ao Brasil ao fixar 2 dg/l os países nórdicos, como Suécia e Noruega.

Menos tolerantes que o Brasil estão algumas nações do leste europeu, como Romênia e Hungria, onde o limite é zero.

Em alguns lugares, a lei é mais abrangente e proíbe a condução de barcos, como no Canadá, ou de bicicletas, como a Califórnia (EUA). A Suíça avalia se o carona poderia ou não beber para não prejudicar a habilidade do condutor.

"Foi um avanço, mas o melhor é o limite zero. O problema é implementar a fiscalização. São Paulo tem um número irrelevante de bafômetros", diz Sérgio Duailibi, da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo.

"A legislação no mundo inteiro está mudando. É preciso fazer uma fiscalização rigorosa com bafômetro. No Brasil, o mais grave é que nunca houve um apoio popular mais forte a medidas assim", completa.

Pesquisa conduzida por ele e pelo também médico Ronaldo Laranjeira, com cerca de 5.600 motoristas em

idades como São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Santos e Diadema revela que, às sextas e sábados, 30,3% deles tinham algum nível de álcool no sangue constatado no teste do bafômetro, sendo que 19,3% tinham níveis iguais ou superiores a 6 decigramas de álcool por litro de sangue, o limite atual para prisão.

Advogados

O advogado Ives Gandra Martins diz que a lei é exagerada. "Prisão provisória é uma violência grande. Sou favorável ao enrijecimento da legislação, mas do ponto de vista pecuniário: multas elevadas."

O advogado Roberto Delmanto afirma que ninguém, pela Constituição, é obrigado a produzir prova contra si, referindo-se ao fato de a lei prever multa de R\$ 955 para o motorista que se recusar a fazer o teste do bafômetro. A orientação dele é não fazer o exame e questionar a multa na Justiça.

Fonte: QUEIROZ GALVÃO, Vinícios. Lei seca é uma das mais rígidas do mundo. **Folhaonline**. São Paulo, jul. 2008.
Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u415818.shtml>

Contato

Bernardo Pablo Sukiennik
(61) 8409-0339
pablo.s@brturbo.com.br

Rafaela Silva Brito
(61) 8121-9556
rafaelabritoadv@yahoo.com.br

Para solicitar sua remoção do cadastro, envie, por meio de seu e-mail, uma mensagem em branco para o remetente.